



## **Processo: Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CAPPJ) (Proc. N° 284003)**

**Ata/Pauta - 19.05.2023 - 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição - 2023 (ID 8976981)**

---

### **Agendamento (ID 8976982)**

---

**Data:** 19/05/2023

**Horário:** 10:30

**Reunião Extraordinária:** Não

#### **Convidados:**

- MARCUS AURELIO LOPES - COORDENADOR - Magistrado indicado pela Presidência, com direito a voto - SUPLENTE SIDNEI CLAUDIO BUENO
- KLEBER RICARDO DAMASCENO - MEMBRO TITULAR - Magistrado escolhido pelo Tribunal, com direito a voto - SUPLENTE SIMONE GALAN DE FIGUEIREDO
- DANIEL RODNEY WEIDMAN - MEMBRO TITULAR - Magistrado eleito pelos magistrados de 1º grau, com direito a voto - SUPLENTE ROBERTO WENGRZYNOVSKI
- JOSÉ VINICIUS DE SOUSA ROCHA - MEMBRO TITULAR - Magistrado eleito pelos magistrados de 1º grau, com direito a voto - SUPLENTE DANIEL ROBERTO DE OLIVEIRA
- JAIME DE BRITTO - SECRETÁRIO - Servidor indicado pela Presidência, com direito a voto - SUPLENTE SILMARA CORDEIRO
- PEDRO MOISÉS ALBRECHT - MEMBRO TITULAR - Servidor escolhido pelo Tribunal, com direito a voto - SUPLENTE PEDRO CLAUBER MACAMBIRA FILHO
- CRISTHIAN DA SILVA TAMBOSI - MEMBRO TITULAR - Servidor eleito pelos servidores, com direito a voto - SUPLENTE CRISTIANE DE MELO MATTOS SABINO GAZOLA SILVA
- LUCIANO CARVALHO LOURENÇO - MEMBRO TITULAR - Servidor eleito pelos servidores, com direito a voto - SUPLENTE ANTONIO MARCOS PENNA BORGES
- YONARA YOKO POZZOLO - CONVIDADA - SECRETÁRIA - SECRETARIA GERAL JUDICIÁRIA - Convidado, sem direito a voto
- EDUARDO SILVEIRA ROCHA - CONVIDADO - SECRETÁRIO - SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA - Convidado, sem direito a voto



- DANIEL ROBERTO DE OLIVEIRA - CONVIDADO - Magistrado representante da AMATRA, sem direito a voto
- SANDRO ALENCAR FURTADO - CONVIDADO - DIRETOR-GERAL - DIRETORIA-GERAL - Convidado, sem direito a voto
- RENATO CELSO MOREIRA FILHO - CONVIDADO - Servidor representante do SINJUTRA - Convidado, sem direito a voto
- MARIA HELENA FRANCO MARTINS ALVES - CONVIDADA - DIRETORA DE SECRETARIA - SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA - Convidado, sem direito a voto

**Local da reunião:** Formato híbrido, sala de reunião do 4º andar do edifício Rio Branco e telepresencial.

**Participantes:**

- DESEMBARGADOR MARCUS AURÉLIO LOPES - Coordenador
- JUIZ DANIEL RODNEY WEIDMAN - Magistrado eleito pelos magistrados de 1º Grau
- JAIME DE BRITTO - Secretário e servidor indicado pela Presidência
- CRISTHIAN DA SILVA TAMBOSI - Servidor eleito pelos servidores
- ANTONIO MARCOS PENNA BORGES - Servidor eleito pelos servidores
- YONARA YOKO POZZOLO - representante da SECRETARIA GERAL JUDICIÁRIA
- EDUARDO SILVEIRA ROCHA - representante da SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA
- SIDNEI CLAUDIO BUENO - Magistrado representante da AMATRA
- HILMA MARIA WIELEWSKI - representante da DIRETORIA-GERAL
- RENATO CELSO MOREIRA FILHO - representante do SINJUTRA
- LUIZ HENRIQUE TACCONI - representante da SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA

**Link da reunião gravada:** <https://drive.google.com/file/d/10ca1aqH8Xjq7ctpJx2vVWSeUvcIHLEFnS/view>

**Itens da reunião (ID 8976990)**

---

**Item 1 - Textos nas atas de audiência (ID 8976991)**

---

**Nome do item:** Inserção de textos nas atas de audiência sem prévia aprovação

**Descrição:**

Trata-se de inserção de textos nas atas de audiência sem prévia aprovação, ou, pelo menos, comunicação ao Juiz que a assinará. Seguidamente são inseridos textos nas atas, sem comunicação prévia, com os quais, muitas vezes, o juiz não concorda e tem que assinar a ata como se a iniciativa partisse dele.

**Solução Proposta:**



Propõe-se que a administração consulte os juízes se concordam que as atas sejam utilizadas para marketing administrativo, antes de inserir textos automáticos

### **Deliberação:**

Delibera-se que não se trata de matéria a ser discutida e deliberada pelo comitê, sendo que a proposta foi rejeitada.

## **(9005879) Item 2 - Computadores nas salas de audiências (ID 9005879)**

---

**Nome do item:** Disponibilização de computador nas salas de audiência para consulta do processo

### **Descrição:**

Frequentemente as partes necessitam acessar o processo durante a audiência e o magistrado acaba por ter que ceder a sua própria cadeira pra que o processo seja consultado do seu computador

### **Solução Proposta:**

Disponibilizar um equipamento na sala de audiência para que as partes possam consultar o processo durante a audiência

### **Deliberação:**

A SGP informa que quando há solicitação de equipamentos para a sala de audiência ela é atendida. Diante disso, a Comissão delibera que se mantenha este procedimento e, na medida em que se mostrar necessária a instalação de computador na sala de audiência, que isso seja realizado a critério do juiz da unidade.

## **(9005885) Item 3 - Presença do juiz na Vara para fazer audiências (ID 9005885)**

---

**Nome do item:** Presença do juiz na Vara para fazer audiências enquanto todos os demais interlocutores estão participando à distância

### **Descrição:**

Discussão e encaminhamento das questões relacionadas à exigência da presença do juiz na Vara para fazer audiências enquanto todos os demais interlocutores estão participando à distância.

Item proposto na última reunião ocorrida em 17/03/2023, o qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado. O tema foi incluído na lista de discussão da Comissão (disponível no Google Spaces), mas não houve manifestação dos membros.



## **Deliberação:**

A comissão entende que não se trata de matéria a ser discutida por este colegiado, pois é uma determinação da Corregedoria Geral que atinge exclusivamente os magistrados de primeiro e segundo grau do ponto de vista funcional e que não se confunde com a regulamentação do teletrabalho.

### **(9005891) Item 4 - ATS para magistrados (ID 9005891)**

---

**Nome do item:** Restauração do ATS para magistrados que já o recebiam em 2006

#### **Descrição:**

Item proposto na última reunião ocorrida em 17/03/2023, o qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado. O tema foi incluído na lista de discussão da Comissão (disponível no Google Spaces), mas não houve manifestação dos membros.

## **Deliberação:**

A Comissão entende que esse tema não é matéria a ser apreciada e deliberada por este colegiado.

### **(9005897) Item 5 - Atribuição das secretarias de vara (ID 9005897)**

---

**Nome do item:** Atribuição às secretarias de vara de serviços que sempre foram de competência de outras unidades, criadas para aqueles fins (exemplo: precatórios)

#### **Descrição:**

Item proposto na última reunião ocorrida em 17/03/2023, o qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado. O tema foi incluído na lista de discussão da Comissão (disponível no Google Spaces), mas não houve manifestação dos membros.

## **Deliberação:**

Incluir o tema para a próxima reunião ordinária, como primeiro item da pauta, convidando os responsáveis pelo setor de precatórios e os diretores de secretaria para que sejam ouvidos através de vídeo conferência com audiência aberta a todos os interessados das unidades.

### **(9005903) Item 6 - Pesquisa com magistrados e servidores das unidades de 1º Grau (ID 9005903)**

---

**Nome do item:** Pesquisa com magistrados e servidores das unidades de 1º Grau

#### **Descrição:**



Proposta apresentada na última reunião ocorrida em 17/03/2023, a qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado, conforme segue:

A Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição foi instituída pelo CNJ em 2014. Assim, passados 8 anos é importante que se verifique quais as questões que atualmente deveriam ser objeto de atenção da Comissão. Nesse sentido propõe-se que anualmente (em junho ou julho de cada ano) seja realizada pesquisa com magistrados e servidores das unidades judiciárias de 1º grau para que apontem o que entendem necessário para a priorização do primeiro grau. Sugere-se que o questionário tenha campos destinado à manifestação relacionada a cada uma das linhas de atuação previstas no Art. 2º da Res. 194/2014 (CNJ) sendo opcional o preenchimento em relação a cada uma delas. Após, a Comissão destacaria as necessidades mais comuns apontadas para deliberação. Importante ainda após a deliberação divulgar o que tiver sido deliberado e monitorar a evolução da matéria divulgando periodicamente o resultado de forma a mostrar que é útil a manifestação dos magistrados e servidores e desse modo estimular a continuidade da participação.

#### **Solução Proposta:**

Oficiar a Presidência solicitando auxílio da área competente para a elaboração de questionário a ser respondido por magistrados e servidores de unidades judiciárias de 1º grau.

#### **Deliberação:**

Idealizar, em conjunto com a Assessoria de Comunicação, uma campanha de divulgação da Comissão, estabelecendo um canal de comunicação e de divulgação das suas atribuições e atividades para que as unidades interajam com o colegiado e proponham temas a serem tratados.

### **(9005909) Item 7 - RA 119/2021 (ID 9005909)**

**Nome do item:** RA 119/2021: Cumprimento do acordo Ofício GP 59/2022

#### **Descrição:**

Item proposto na última reunião ocorrida em 17/03/2023, o qual restou pendente de discussão e deliberação para a próxima reunião do colegiado. O tema foi incluído na lista de discussão da Comissão (disponível no Google Spaces), mas não houve manifestação dos membros.

#### **Deliberação:**

A Comissão entende que esse tema já está superado tendo já sido devidamente tratado pela presidência deste Tribunal.



## (9007025) Item 8 - Assuntos Gerais (ID 9007025)

---

**Nome do item:** Assuntos gerais identificados durante a reunião

**Proposições diversas:**

Levantou-se a questão da possibilidade de encaminhamento à Comissão Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição de proposta de expansão dos limites de percentuais de servidores que podem executar suas atividades no regime de teletrabalho.

**Deliberação:**

Deliberou-se que o servidor Cristhian Da Silva Tambosi deve elaborar uma proposta que será encaminhada à instância superior adequada.

